

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 167.909 - SP (2019/0253514-1)

RELATOR : **MINISTRO HERMAN BENJAMIN**
SUSCITANTE : **JUÍZO FEDERAL DA 2ª VARA DE PIRACICABA - SJ/SP**
SUSCITADO : **JUÍZO FEDERAL DA 5ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO**
DISTRITO FEDERAL
SUSCITADO : **FAZENDA NACIONAL**
INTERES. : **INDÚSTRIA DE BEBIDAS PARIS LTDA**

DECISÃO

Trata-se de Conflito Negativo de Competência instaurado entre o Juízo Federal da 2ª Vara de Piracicaba-SJ/SP e o Juízo Federal da 5ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal, em autos de cumprimento de Sentença.

O Juízo Federal da 5ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal determinou a remessa dos presentes autos ao Juízo Federal da 2ª Vara de Piracicaba-SJ/SP com base no art. 516, parágrafo único, do CPC/2015 (fl. 26-28, e-STJ).

Por sua vez, o Juízo Federal da 2ª Vara de Piracicaba-SJ/SP houve por bem suscitar o presente Conflito, sob a alegação de que caberia ao exequente optar pelo cumprimento de Sentença perante o juízo que processou a causa, naquele onde fossem encontrados bens sujeitos à expropriação ou, ainda, no do atual domicílio do executado **no início da fase executiva**, sob pena de ofensa ao princípio da perpetuação da jurisdição.

É o **relatório**.

Decido.

De fato, em conformidade com o art. 516, parágrafo único, do CPC/2015, o exequente poderá optar pelo juízo do atual domicílio do executado, pelo juízo do local onde se encontrem os bens sujeitos à execução ou pelo juízo do local onde deva ser executada a obrigação de fazer ou de não fazer, casos em que a remessa dos autos do processo será solicitada ao juízo de origem.

Todavia, em se tratando de competência relativa, o art. 43 do CPC/2015 preconiza que são irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente, salvo quando suprimirem órgão judiciário ou alterarem a competência absoluta, o que não ocorreu *in casu*.

Tal dispositivo legal busca dar efetividade ao princípio da perpetuatio jurisdictionis e evitar, por exemplo, sucessivas remessas dos autos conforme as mudanças de domicílio do devedor ou a localização de bens passíveis de penhora, o que geraria insegurança jurídica.

Nesse sentido:

PROCESSO CIVIL. CONFLITO NEGATIVO DE
COMPETÊNCIA. AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO
EXTRAJUDICIAL. ESCOLHA DO FORO DE DOMICÍLIO DOS RÉUS.
COMPETÊNCIA TERRITORIAL. PRINCÍPIO DA PERPETUATIO

JURISDICTIONIS. COMPETÊNCIA DO JUÍZO SUSCITADO.

1. A competência determina-se no momento da propositura da ação (art. 87 do CPC) e, por força do art. 576 do CPC, as regras gerais de competência - previstas no Livro I, Título IV, Capítulos II e III - aplicam-se à ação de execução de título extrajudicial.

2. Em conformidade com o art. 100, IV, do CPC, o juízo competente para processar e julgar ação de execução de título extrajudicial é o do lugar do pagamento do título. O exequente pode, todavia, optar pelo foro de eleição ou pelo foro de domicílio do réu, como ocorreu na hipótese em exame. Precedentes.

3. Em se tratando de hipótese de competência relativa, o art. 87 do CPC institui, com a finalidade de proteger a parte, a regra da estabilização da competência (*perpetuatio jurisdictionis*), evitando-se, assim, a alteração do lugar do processo, toda a vez que houver modificações supervenientes do estado de fato ou de direito.

4. A aquisição do ativo do banco exequente pelo Estado de Alagoas em nada altera o exposto, porquanto não se trata de posterior supressão do órgão judiciário ou alteração da competência em razão da matéria ou da hierarquia, situações admitidas pelo art. 87 do CPC como exceções à perpetuação da competência.

5. Ademais, confirmando a autonomia do direito processual relativamente ao direito material, preconiza a regra contida no art. 42 do CPC que as alterações ocorridas no direito material não interferem no teor da relação jurídica processual, verificando-se, com a citação válida, a *perpetuatio jurisdictionis*.

6. Conflito conhecido para o fim de declarar a competência do Juízo de Direito da 7ª Vara Cível de Aracaju-SE, foro de domicílio dos réus.

(CC 107.769/AL, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, SEGUNDA SEÇÃO, DJe 10/9/2010).

Cabe destacar ainda que, proposta a execução fiscal, a mudança de domicílio do devedor não tem o condão de deslocar a competência, conforme o enunciado da Súmula 58 do Superior Tribunal de Justiça. Confira-se:

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. EXECUÇÃO FISCAL. DOMICÍLIO DO DEVEDOR. COMPETÊNCIA TERRITORIAL. INCOMPETÊNCIA RELATIVA NÃO PODE SER DECLARADA DE OFICIO. SÚMULA 33/STJ. AUSÊNCIA DE EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA. SÚMULA 58/STJ.

1. O foro competente para o ajuizamento da execução fiscal será o domicílio do réu, consoante a disposição contida no artigo 578, *caput*, do Código de Processo Civil. Por se tratar de competência relativa, a competência territorial não pode ser declarada ex officio pelo Juízo. Esse entendimento se consolidou com a Súmula 33 do Superior Tribunal de Justiça,

Superior Tribunal de Justiça

in verbis: "A incompetência relativa não pode ser declarada de ofício."

2 . Na hipótese de execução fiscal proposta fora do domicílio do devedor, compete exclusivamente ao executado se valer da exceção de incompetência, para afastar a competência de Juízo relativamente incompetente.

3. Ademais, a posterior mudança de domicílio do executado não influi para fins de alteração de competência, conforme teor da Súmula 58 do Superior Tribunal de Justiça, *in verbis*: "Proposta a execução fiscal, a posterior mudança de domicílio do executado não desloca a competência já fixada." 4. Conflito de competência conhecido para declarar a competência do Juízo Federal de Sinop - SJ/MT, o suscitado (CC 101.222/PR, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 23/3/2009).

Na mesma linha: CC 152.947/SP, Relator Ministro Francisco Falcão, DJe de 25.8.2017.

Isto posto, **nos termos do art. 955, parágrafo único, I, do Código de Processo Civil/2015, conheço do Conflito, para declarar competente o Juízo Federal da 5ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Distrito Federal, ora suscitado.**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 06 de novembro de 2019.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN

Relator